

Trabalho e sociedade em transformação

MÁRCIA DE PAULA LEITE
Decisae/Unicamp

O acontecimento foi escorraçado na medida em que foi identificado com a singularidade, a contingência, o acidente, a irreduzibilidade, o vivido... Foi escorraçado não só das ciências físico-químicas mas também da sociologia, que tende a ordenar-se à volta de leis, modelos, estruturas, sistemas. Tende até a ser escorraçado da história, que é, cada vez mais, o estudo de processos que obedecem a lógicas sistemáticas ou estruturais e cada vez menos uma cascata de seqüências de acontecimentos. Mas segundo um paradoxo que se encontra freqüentemente ao nível da história das idéias, é no momento em que uma tese atinge as províncias mais afastadas do ponto de partida, é neste momento que se opera uma revolução, precisamente no ponto de partida, que invalida radicalmente a tese. É no momento em que as ciências humanas se moldam segundo um esquema mecanicista, estatístico e causalista, proveniente da física, é neste momento que a própria física se transforma radicalmente e põe o problema da história e do acontecimento (Morin, 1982).

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

Introdução

O rápido processo de reestruturação produtiva por que vem passando a economia global e as profundas transformações que, à raiz desse processo, vêm atingindo o trabalho desde o início dos anos 80 fizeram dele um dos temas mais debatidos da Sociologia. Apesar das previsões de que o trabalho estaria deixando de ser a categoria chave da disciplina, na medida em que estaria perdendo a centralidade que sempre teve para a organização da vida social (Offe, 1989), os estudos sobre o tema vêm-se multiplicando enormemente nos últimos anos, abarrotando as estantes de nossas bibliotecas e escritórios. Contrariamente às previsões, o trabalho vem-se tornando um tema da moda.

Buscando entender as profundas modificações que vêm ocorrendo neste universo, os estudiosos se têm debruçado sobre suas várias manifestações, tentando, ao mesmo tempo, desvendar as transformações por que ele vem passando e suas implicações para a sociedade. Da análise das transformações restritas ao que se passa nos estabelecimentos econômicos, que caracterizaram o debate durante os anos 80, o olhar sociológico se vem deslocando cada vez mais para o tipo de sociedade a que essas transformações nos estariam conduzindo, retomando uma tradição cara à Sociologia do Trabalho desde seus primórdios, a partir da qual a disciplina tem pautado seus questionamentos, suas indagações, suas hipóteses e seus desenhos metodológicos.

Nesse movimento, o trabalho vem sendo nos últimos anos um dos temas mais controversos da Sociologia. O leque de alternativas contempladas e discutidas vai da imagem de uma sociedade da comunicação libertada das carências, na qual poucas horas de trabalho seriam suficientes para que a humanidade tivesse suas necessidades materiais satisfeitas, a uma sociedade apartada, caracterizada por uma grande massa de excluídos condena-

dos ao trabalho árduo e desqualificado, marcado pela insegurança e baixa recompensa financeira. O presente texto pretende debater essas questões a partir de uma discussão do quadro teórico metodológico que a Sociologia do Trabalho vem utilizando nos últimos anos.

O argumento central em torno do qual ele se organiza é de que, embora pareça que a Sociologia do Trabalho está perdida entre opiniões absolutamente contraditórias, aos poucos se vai conformando um *mainstream* na disciplina, que tem apontado para a complexidade da realidade, insistindo que, ao invés de situações polares e unidimensionais como as acima referidas, presenciamos hoje a convivência de realidades muito diferenciadas, que apenas uma visão mais sistêmica e interdisciplinar permite compreender.

A interdisciplinaridade nos estudos sobre o trabalho

As preocupações que têm embasado os estudos sobre o trabalho nos últimos anos parecem indicar um movimento que busca cada vez mais a compreensão deste fenômeno a partir de uma visão sistêmica. Tentando vinculá-lo crescentemente a questões mais amplas, essa linha de pesquisa vem enriquecendo significativamente seu olhar, relacionando-o a outras esferas de análise, que se abrem para além do espaço empresarial, ainda que a ele interligadas, como as relacionadas ao mercado de trabalho, às diferenciações sociais de gênero, idade e raça, às políticas industriais e de desenvolvimento, à globalização econômica e às relações internacionais por ela induzidas, às novas institucionalidades, às novas formas de governabilidade, etc.

Neste processo, a Sociologia do Trabalho foi também estreitando relações com várias outras áreas do conhecimento, que se têm mostrado fundamentais para auxiliar no desvendamento da intrincada realidade do mundo do trabalho.

O diálogo com a engenharia de produção, por exemplo, vem sendo de enorme importância para ajudar a compreender as lógicas do processo produtivo e da organização do trabalho, assim como para elucidar a dinâmica do processo de inovação tecnológica, seu funcionamento e suas consequências para o desempenho das empresas; da mesma forma, o debate com a administração vem permitindo saltos significativos na compreensão das novas formas de gestão da mão-de-obra, suas razões do ponto de vista empresarial, bem como suas consequências para as condições de trabalho.

Já a colaboração da psicologia, especialmente a psicopatologia do trabalho, vem-se dando, sobretudo, pelo fornecimento de um instrumental de enorme validade para trazer à tona a subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras, permitindo que eles e elas pudessem passar a ser analisados como sujeitos do processo de trabalho. Através da incorporação desta perspectiva, vem sendo possível trazer à tona os sentimentos e subjetividades presentes nos locais de trabalho, bem como as condutas e ações que eles informam.

Também o diálogo com o direito do trabalho vem sendo de grande valia para iluminar os estudos sobre a desregulamentação dos direitos, bem como as análises sobre o conjunto de modificações que vêm ocorrendo na institucionalidade sindical. Tendo em vista o vulto e rapidez com que essas transformações vêm ocorrendo, esta parceria entre as duas áreas se apresenta tão central quanto promissora, devendo estreitar-se significativamente nos anos vindouros.

A relação com a economia, especialmente a Economia Industrial e do Trabalho, áreas tradicionalmente próximas da Sociologia do Trabalho, vem sendo profícua sob vários pontos de vista. Valeria destacar, nesse sentido, a decisiva contribuição deste campo ao relacionar os processos que afetam o trabalho com o processo mais geral de globalização da economia, bem como ao evidenciar, através dos estudos voltados ao mercado de trabalho, que os efeitos relacionados às melhorias das condições de trabalho, principalmente no que se refere à estabilidade, remuneração e qualificação

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

da mão-de-obra – que muitos dos primeiros estudos sobre reestruturação produtiva identificavam nas empresas líderes dos setores de ponta dos países avançados - não atingem o conjunto do mercado de trabalho como se pressupôs inicialmente, mas apenas uma parcela dele.

Vale lembrar, finalmente, a importância do diálogo que se foi estabelecendo com outras áreas da Sociologia. Os estudos sobre relações sociais de gênero e família, por exemplo, vêm sendo fundamentais para explicitar a lógica da divisão sexual do trabalho no interior dos estabelecimentos econômicos, da mesma forma que os estudos étnicos vêm permitindo um importante aprofundamento da compreensão da discriminação de raça nos locais de trabalho e seus efeitos sobre as diferentes etnias.

Evidentemente, esse processo não está isento de contradições, dificuldades e desafios, sendo o mais evidente deles o risco de que a interdisciplinaridade acabe levando a uma perda de identidade das áreas que dialogam ou à dominação de uma área sobre a outra. Aos poucos, entretanto, vai-se fortalecendo a compreensão de que é fundamental que cada área preserve suas preocupações, mantendo vivas as questões e perguntas de seu campo, ao mesmo tempo que busca uma visão mais complexa da realidade através do diálogo com outras áreas.

Em direção a uma nova metodologia

Esse movimento vem exercendo uma profunda transformação nos objetos e focos de análise que foram paulatinamente se trasladando dos estudos iniciais, centrados nas implicações sociais do processo de reestruturação produtiva a partir de pesquisas desenvolvidas em empresas individuais, para projetos cada vez mais abrangentes. Alargando o escopo de análise e propondo novas tematizações, esses estudos foram trazendo à luz um conjunto enorme de novas questões, entre as quais valeria destacar as segmentações do mercado de trabalho, as diferenças setoriais, as impli-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

cações diferenciadas do processo para as distintas empresas das cadeias produtivas tomadas em seu conjunto, as diferenças do processo brasileiro com relação ao dos países do Primeiro Mundo, só para ficar nas mais candentes.

Cabe ressaltar, ainda, que esse caminho se apresenta tão mais importante nos dias atuais quanto mais nos aprofundemos na discussão epistemológica que vem sendo levantada por várias outras áreas da ciência, que têm insistido na complexidade do conhecimento científico; na importância de se romper com as barreiras das especializações; na necessidade de se estabelecer a comunicação entre o observado e seu observador ou, em outras palavras, entre sujeito e objeto; na urgência de se considerar que a realidade não está determinada aprioristicamente a trilhar caminhos irreversíveis, mas está, antes, aberta a conflitos, contradições, acidentes e acontecimentos não previstos de antemão, que são capazes de moldá-la de formas diferentes, ainda que circunscritas ao interior de um universo de possibilidades.

É a partir desse quadro que valeria a pena discutir algumas questões metodológicas importantes que esse olhar tem informado, e que têm vindo à tona com as pesquisas mais recentes sobre o processo de reestruturação produtiva.

A compreensão de que a análise do processo de reestruturação e suas implicações para os trabalhadores não pode ser feita a partir apenas do estudo de algumas grandes empresas

Se bem que a compreensão do que acontece nas empresas líderes seja fundamental na medida em que é delas que emanam estratégias que se difundem para a base produtiva em seu conjunto, tem-se mostrado cada vez mais importante abandonar o estudo de empresas isoladas e assentar a pesquisa no conceito de cadeia produtiva, partindo de análises que indicam

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

que a interdependência entre as empresas se faz cada vez mais forte, e as relações interfirmas se mostram fundamentais para entender o que se passa em cada uma das empresas tomadas individualmente. Nessa medida, as empresas vêm sendo estudadas como um elemento de um conjunto maior – cadeia produtiva – no qual elas se inserem com funções e com uma dinâmica que só pode ser compreendida a partir da análise da cadeia em seu conjunto.

Os resultados de recente pesquisa que desenvolvemos na cadeia automotiva brasileira (Leite, 1999) são eloqüentes nesse sentido. Embora se refiram basicamente à discussão da qualificação, vale a pena citar os principais achados do estudo:

A primeira questão que chama a atenção na análise da cadeia estudada se refere à enorme diferença entre as condições de trabalho encontradas em seu interior... Esse achado só pode ser compreendido como uma consequência das relações que a montadora estabelece com seus fornecedores, as quais parecem ter muito pouco a ver com a imagem de parceria. Pelo contrário, a pesquisa evidenciou relações pouco formalizadas nas quais, ao invés de contratos, predominam, quando muito, acordos ou simplesmente pedidos de venda e o que prevalece é a pressão pela redução de custos. Essa realidade parece estar na base da precarização do trabalho conforme se caminha para o final da cadeia, que se explicita claramente nas condições de trabalho encontradas nas fornecedoras de segundo nível, bem como na terceira produtora de estampados de aço... Evidentemente, o

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

efeito desse tipo de relação sobre a mão-de-obra não pode ser outro senão a precarização do trabalho: se ele é menos sensível nas empresas que trabalham com processos mais complexos, para os quais a precarização tem inevitavelmente sérias repercussões sobre a qualidade do produto, o mesmo não acontece para as que trabalham com processos mais simples. Essa tendência parece confirmar-se claramente quando se atenta para as diferenças das condições de trabalho entre a montadora e seus fornecedores de autopeças. Convém destacar, nesse sentido, o achado de que, se na montadora o processo de requalificação da mão-de-obra parece real e extensivo à grande maioria de trabalhadores, o mesmo não acontece nas fornecedoras. Já para os fornecedores de primeira linha, os resultados da pesquisa são evidentes de que o trabalho taylorizado se mantém em setores importantes dessas empresas no que se refere à concentração da mão-de-obra. Nessas empresas, torna-se clara a separação entre um core constituído pelos profissionais (basicamente aqueles que trabalham com as máquinas como tornos, fresas, laminadoras, extrusoras, etc..), que tendem a desenvolver um trabalho que se vai tornando cada vez mais mental e aqueles que continuam a desenvolver um trabalho basicamente manual. Enquanto para os primeiros parece haver um efetivo incremento da qualificação, tendo em vista a integração

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

de tarefas de controle de qualidade, manutenção, preparação e otimização das máquinas, o mesmo não acontece com os trabalhadores que continuam a desempenhar trabalhos manuais repetitivos e destituídos de conteúdo, entre os quais há uma nítida concentração de mulheres e onde se encontram também os menores com que a pesquisa se deparou. Para este conjunto de trabalhadores - em geral trabalhadoras - o investimento das empresas tende a se restringir à escolarização, uma exigência cada vez maior das normas de certificação da qualidade, que, via de regra não tem correspondência em um trabalho mais intelectualizado, e a cursos comportamentais, cujos conteúdos pouco têm a ver com um incremento efetivo de sua qualificação, embora pressuponham um trabalho mais responsável (Leite, 1999, p. 25-27).

O princípio não determinista

Esse princípio tem levado os estudos a partir da consideração de que, ao invés de uniformizar as estruturas produtivas nas várias regiões do mundo, o processo de globalização pressupõe formas de inserção diferenciadas dos países na economia global, o que sugere que nem sempre o que ocorre nos países centrais se repete ou se repetirá futuramente da mesma forma nos demais países. Tal postura teórica nos tem orientado para a busca das singularidades do processo brasileiro face à experiência internacional e suas implicações para a mão-de-obra, o que vem elucidando diferenças significativas entre os dois processos. Recente pesquisa que desenvolve-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

mos sobre o tema na cadeia automotiva, por exemplo, revelou duas situações bastante diferenciadas, conforme esclarece o trecho a seguir (Leite, 1998):

Nos países centrais, o tipo de relações interfirmas que se está desenvolvendo na cadeia automotiva apresenta aspectos bastante positivos para as empresas fornecedoras, os quais se expressam no estabelecimento de relações de cooperação e confiança e na difusão de métodos e tecnologias ao longo da cadeia... Este quadro tem certamente implicações positivas também para o trabalho: na medida em que as empresas passam a produzir com maior conteúdo tecnológico, difunde-se a qualificação entre sua mão de obra, que começa a ser estabilizada e melhor remunerada. Já no caso dos países em desenvolvimento, contudo, a relação interfirmas adquire outras características. Haveria que se considerar em primeiro lugar que o processo de globalização significou para as grandes montadoras uma mudança em direção a uma política de utilização de projetos comuns em suas várias fábricas ao redor do mundo. Como esclarece Humphrey (1998, p. 5), por volta de 1990, a homogeneização dos projetos estava ocorrendo nos Estados Unidos e na Europa. A Ford, por exemplo, reestruturou suas operações nesses países de forma a projetar, numa só localidade, modelos estandardizados a serem produzidos pelo conjunto de suas fábri-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

cas. Isto é parte de um processo mais geral de estandardização de modelos e redução do número de plataformas de projeto que passaram a se concentrar em apenas algumas fábricas da empresa. Com isso, a produção de modelos especificamente desenvolvidos para os mercados locais, ou mesmo a introdução de mudanças significativas nos modelos projetados na Europa e nos Estados Unidos, como era comum acontecer até o final dos anos 70, deixou de ocorrer. Esse processo teve impactos de enorme importância para a indústria automotriz dos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, porque as montadoras reduziram muitíssimo os seus quadros de engenheiros envolvidos com P&D, na medida em que diminuiram sobremaneira as atividades de projetos nesses países; em segundo lugar, porque passaram a se utilizar nessas localidades das mesmas fornecedoras com que trabalham nos países centrais. Tal política vem afetando profundamente o quadro de fornecimento na cadeia automotiva dos países em desenvolvimento. Conforme esclarece Humphrey (1998, p. 6), isso tudo permitiu que as montadoras passassem a procurar fornecedores globais, já que idealmente elas necessitam das mesmas peças, com a mesma tecnologia, o mesmo sistema de qualidade e a mesma base subjacente de comunicação interfirmas qualquer que seja o lugar onde estão atuando. Esse processo se tem concretiza-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

do através de duas formas: o global sourcing (que consiste na importação pelas montadoras de partes produzidas por empresas de auto peças que são suas fornecedoras nos seus países de origem) e o follow sourcing (que é a abertura nos países em desenvolvimento de filiais das empresas de auto peças que já atuam como fornecedoras das montadoras em seus países de origem). As implicações desse processo para o desenvolvimento tecnológico das empresas de auto peças instaladas nos países em desenvolvimento, bem como para o emprego e a qualificação dos trabalhadores no setor são extremamente perversas. No caso do global sourcing, as conseqüências danosas são mais do que evidentes: o processo não cria empregos e não desenvolve a base tecnológica local; no caso do follow sourcing, embora o emprego seja criado, a difusão tecnológica local fica restrita, seja porque o projeto vem da matriz, seja porque esses fornecedores acabam substituindo as empresas nacionais, que são relegadas aos últimos níveis da cadeia produtiva ou simplesmente desaparecem do mercado (Leite, 1998, p. 5-6).

Vale lembrar ainda que esse conjunto de transformações nas relações entre as firmas da cadeia, já em si desfavorável à capacitação tecnológica local para os países em desenvolvimento, vem ocorrendo, em nosso caso, num quadro institucional ainda mais adverso à indústria de auto peças e aos seus trabalhadores.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

Com efeito, ao desprezar as novas institucionalidades criadas no início dos anos 90, como as Câmaras Setoriais, que por seu caráter tripartite (governo, empresários de toda a cadeia e trabalhadores) garantiam a representação dos interesses do conjunto dos setores envolvidos, o governo permitiu que a política para o setor passasse a ser ditada pelas grandes montadoras, com evidentes prejuízos para o setor de auto peças.

Conforme esclarece Bresciani (1997, p. 17), aliado às grandes montadoras, o governo brasileiro cria, com a edição de uma Medida Provisória em dezembro de 1995, o novo regime automotivo, ignorando a legislação negociada sobre o comércio internacional na Câmara do Setor Automotivo durante os anos de 1992 e 1993. Os benefícios ficaram para as montadoras e as medidas que garantiam os interesses das auto peças e dos trabalhadores foram ignoradas. Os efeitos desse novo quadro na relação de poder entre os vários atores da cadeia são bastante preocupantes. No que se refere à indústria de auto peças, os dados apontam para uma profunda crise, marcada por fechamentos de empresas, vendas e fusões que estão levando a um evidente processo de concentração de capital e desnacionalização do setor. Como sublinha Humphrey (1998, p. 14), uma das evidências mais impressionantes desse quadro é a venda de grandes companhias brasileiras de auto peças a empresas multinacionais: até o fim de 1997 isso já tinha acontecido com quatro das nove maiores empresas nacionais. No que diz respeito ao trabalho, as implicações tampouco são alvissareiras: não há crescimento do emprego e, ainda que se observem melhorias na qualificação do trabalho de chão de fábrica na ponta à jusante da cadeia, a demanda pela qualificação em nível de técnicos e engenheiros tem declinado em função da concentração do setor de projetos nas matrizes (Leite, 1998, p. 7).

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

O entendimento de que a compreensão do universo da produção pressupõe não só a visão empresarial, mas também dos sujeitos do processo de trabalho, ou seja, dos trabalhadores e trabalhadoras

O princípio metodológico que está por trás dessa escolha baseia-se na busca de evitar a unidimensionalidade. Parte-se aqui do suposto de que, se as percepções que trabalhadores e gerências possuem sobre as implicações das transformações que estão ocorrendo sobre o trabalho são diferentes, na medida em que vêm o processo a partir de lugares, vivências e interesses distintos, uma visão pluridimensional exige levar em conta a visão dos vários atores sociais envolvidos no processo.

O cuidadoso e contínuo cotejamento do discurso gerencial com a prática dos trabalhadores e trabalhadoras na última pesquisa que desenvolvemos sobre a cadeia automotiva, por exemplo, mostrou-se importante não só por permitir a elucidação de uma riqueza de detalhes, como para contrapor o discurso à realidade do processo de trabalho. Foram inúmeros os exemplos de generalizações sobre os novos métodos de organização do trabalho expressos pelos gerentes, cuja aplicação se mostrava muito mais restrita quando se perguntava aos trabalhadores o que eles efetivamente faziam em seu cotidiano de trabalho. Também no que se refere às implicações desses novos métodos para o trabalho, muitas afirmações relacionadas ao enriquecimento dos conteúdos se mostravam pouco efetivas quando cotejadas com as entrevistas, nas quais os trabalhadores e trabalhadoras descreviam seu cotidiano de trabalho no dia-a-dia da produção. As entrevistas e discussões com as trabalhadoras foram também fundamentais para explicitar a pouca interferência dos programas de treinamento no trabalho cotidiano das operárias e seu forte imbricamento com a divisão sexual do trabalho. A lógica que elas permitiram revelar foi um importante achado da pesquisa, que poderíamos resumir da maneira que se segue: por um lado, como os postos de trabalho femininos são destituídos de conteúdo, as ope-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

rárias em geral são direcionadas apenas aos cursos comportamentais, pouco freqüentando os treinamentos de conteúdo técnico; por outro lado, como a falta de conteúdo de suas tarefas dificulta mudanças mais significativas na organização do trabalho, não se criam condições favoráveis para que os conteúdos desses cursos possam ter implicações importantes na natureza do trabalho; finalmente, como não têm nem formação, nem experiência técnica, elas raramente têm possibilidade de ascender na carreira. Cria-se assim um círculo vicioso que mantém as mulheres confinadas nos mesmos postos desqualificados e destituídos de conteúdo, em que a lógica dos programas de treinamento é não só insuficiente para romper como acaba colaborando para sua perpetuação (Leite, 1999).

A visão de que a análise do processo produtivo deve contemplar sua complexidade, buscando entender a particularidade dos diferentes tipos de processo que formam o seu todo

De novo, busca-se fugir da unidimensionalidade, levando-se em consideração as particularidades de cada setor. Vale lembrar, nesse sentido, a incorreção em se supor que as tendências encontradas nos setores mais intensivos em tecnologia, como o automobilístico e o químico, na qual a centralidade da qualidade dos produtos tende a ter interferências positivas sobre o uso do trabalho, sejam extensivas ao conjunto do aparelho produtivo. É mais do que evidente que as preocupações com a qualidade do produto final e suas implicações sobre os padrões de gestão do trabalho são absolutamente diferentes quando se trata da fabricação de produtos de pouca sofisticação tecnológica como ocorre na indústria de bens não duráveis em que as implicações da reestruturação sobre o trabalho apontam para inúmeras práticas precarizadoras.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

As novas institucionalidades

Finalmente, um último ponto que valeria a pena ser desenvolvido é que esse novo olhar vem revelando experiências novas de enorme importância para a discussão sobre o futuro da sociedade, as quais dizem respeito à criação de novas institucionalidades relacionadas ao trabalho, que apontam em direção a uma nova forma de regulação social.

Refiro-me aqui ao fato de que, juntamente com novos movimentos sociais, os trabalhadores vêm sendo capazes de criar novas instituições, que são importantes menos pelas conquistas que vêm conseguindo efetivar do que pela proposta que elas encerram de reconstrução do espaço público e de criação de uma nova forma de governabilidade.

Valeria lembrar, nesse sentido, um importante exemplo desse novo tipo de institucionalidade que, embora não seja o único, é certamente um dos mais promissores: o da Câmara Regional do Grande ABC.

Baseando-se numa articulação que compreende as prefeituras da região, o governo do Estado de São Paulo, os sindicatos de trabalhadores, as principais empresas da região e a sociedade civil organizada, reunida no Fórum da Cidadania, a Câmara emerge como uma instituição capaz de articular uma ampla proposta não só de reconversão da região, como também de uma nova forma de governabilidade baseada na sociedade civil organizada, que se afasta tanto do modelo de governança baseado no Estado do Bem-Estar Social, como do capitalismo desorganizado caracterizado pela hegemonia do mercado.

Conforme atesta sua dinâmica, os passos iniciais da Câmara estiveram marcados por discussões voltadas à identificação, demarcação e análise dos problemas econômicos e sociais enfrentados pela região e suas diferentes possibilidades de resolução, nas quais foi sendo elaborado um conjunto bastante rico de diagnósticos que vêm permitindo aos atores envolvidos em seu funcionamento um conhecimento mais aprofundado dos problemas e potencialidades regionais. Nesse caminhar, a Câmara foi evoluindo para a

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

elaboração de uma proposta mais ampla e estratégica, que se configura como um projeto sistêmico de desenvolvimento local, baseado em três eixos: I) na compreensão de que o modelo de desenvolvimento seguido pela região até o final dos anos 70, baseado na grande empresa internacional atuando segundo os princípios da Segunda Revolução Industrial, atingira seu esgotamento a partir dos anos 80; II) na visão de que muitos dos problemas vividos pela região nos dias atuais devem-se ao modelo seguido até então, devido a sua face predatória, seja em termos ambientais (poluição, esgotamento dos recursos naturais, problemas de tráfego, enchentes etc), seja em termos sociais (alta concentração de renda com disseminação da pobreza, de favelas, do analfabetismo, de crianças de rua etc); III) no entendimento de que o poder público juntamente com a sociedade civil mobilizada são agentes capazes de redirecionar a economia regional, adequando-a ao novo momento do desenvolvimento econômico mundial e ao enfrentamento dos problemas colocados pelo ciclo produtivo anterior.

A partir desses eixos, a proposta de desenvolvimento econômico local que se vem gestando é a de que a região deve reconverter-se em termos econômicos e urbanos, transformando-se num pólo tecnológico que concentre atividades avançadas do ponto de vista tecnológico, através da formação de uma rede estruturada de pequenas e médias empresas, complementar à grande indústria globalizada, bem como da dinamização do terciário a partir da conformação de um centro avançado na produção de serviços ligados quer ao setor produtivo, quer ao próprio setor terciário, especialmente às atividades de turismo, lazer, entretenimento e cultura.

Trata-se, nesse sentido, de uma ampla proposta de reconversão econômica e social, que parte do princípio de que face às transformações produtivas que estão ocorrendo atualmente, para continuar sendo atrativa para as grandes empresas, em especial a automobilística, a região deveria transformar-se num centro tecnológico de pesquisa e desenvolvimento baseado na produção e no trabalho qualificado, ao mesmo tempo que teria que apresentar boas condições no que se refere à qualidade de vida e ao

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

meio ambiente.

Partindo, portanto, de uma cuidadosa análise da região, bem como das transformações que se operam na economia internacional, a Câmara foi chegando a uma proposta de desenvolvimento econômico local que se constitui numa resposta sistêmica aos problemas que a região vem enfrentando. Trata-se, nesse sentido, de resolver os problemas pontuais que sobre ela se abatem no momento através de medidas que não estão mais sendo pensadas isoladamente, mas se inserem numa concepção mais ampla de desenvolvimento econômico, entendido como sustentável em termos ambientais e justa em termos sociais.

Há que se considerar, nesse sentido, que a principal conquista da Câmara não está nas propostas que já se concretizaram ou que podem vir a fazê-lo futuramente, por mais importantes que elas possam ser, mas na criação de um sentimento regional, de uma concepção de que há questões que só podem ser abordadas e equacionadas no nível regional e cuja resolução passa pelo envolvimento dos diferentes atores sociais nela implicados. Embora essa visão não seja assumida por todos os protagonistas com a mesma intensidade e o nível de envolvimento com a experiência seja diferente, há, sem dúvida, uma convicção entre os atores de que o sentimento regional se vem tornando mais sólido, assim como se vem solidificando a compreensão de que a participação dos agentes sociais, a negociação de consensos e a busca de parcerias são caminhos sem os quais as soluções se tornam muito difíceis.

Evidentemente, é muito cedo para avaliar se a Câmara logrará efetivar seus objetivos; se ela conseguirá ser exitosa em suas propostas concretas; se cumprirá seu desejo de uma ampla reconversão da região. Não há como ignorar, entretanto, que o caminho que ela vem trilhando, baseado numa nova proposta de governabilidade assentada num novo conceito de cidadania e de democracia é não só extremamente promissora, mas o preságio de que novas formas de regulação social que buscam colocar o desenvolvimento econômico sob controle social podem ser viáveis. Ainda que

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

seu futuro seja incerto e sua capacidade de difusão para outras regiões do país não possa ser pensada de maneira mecânica (tendo em vista sobretudo a singularidade da região em termos de capital social), ela se configura certamente como uma alternativa virtuosa ao capitalismo desorganizado que impera no espaço nacional. Nesse sentido, mais do que uma ampla proposta de reconversão da região, ela emerge como o presságio de uma nova forma de governabilidade, assentada em novas relações sociais, que apontam para uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais democrática.

Conclusão

O caminho que vem sendo trilhado pela Sociologia do Trabalho desde o início do processo de reestruturação produtiva parece apontar para um profundo processo de enriquecimento de seu olhar que, partindo do estudo de empresas isoladas, foi ampliando o foco de análise, incorporando o estudo de setores, de cadeias, de diferentes segmentos do mercado de trabalho, de regiões, de relações entre países, etc. A tentativa de compreender a realidade através de suas inúmeras e diferentes manifestações, da qual faz parte a busca do diálogo com outras disciplinas que estudam o trabalho, vem permitindo à Sociologia do Trabalho o abandono da visão determinista que marcou os primeiros estudos sobre o tema, ao mesmo tempo que vem apontando para uma maior compreensão da complexidade da realidade do trabalho nos dias atuais. Ao invés das visões quase sempre polares e unidimensionais que marcaram os primeiros estudos sobre o tema, a disciplina foi evoluindo para um quadro muito mais rico e complexo, capaz de captar tanto as tendências de enriquecimento do trabalho, presentes em pontos localizados das cadeias produtivas e do mercado de trabalho, como as de precarização, seja do emprego, seja do trabalho, que afetam amplos setores da mão-de-obra. Nesse processo, a Sociologia do

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87

Trabalho logrou não só reencontrar suas antigas preocupações sobre as implicações das transformações que vêm ocorrendo com o trabalho para a sociedade, como vem sendo capaz de evidenciar experiências inovadoras no mundo do trabalho, as quais vêm sendo identificadas como portadoras de novas potencialidades.

Para finalizar, convém assinalar que, para captar a potencialidade dessas novas experiências, foi fundamental que a Sociologia do Trabalho adotasse uma visão sistêmica e interdisciplinar a que nos referimos anteriormente, e especialmente que abandonasse o determinismo tão presente nos estudos iniciais sobre a reestruturação produtiva. Foi fundamental, nesse sentido, alargar o olhar para captar o novo, colocando-se numa postura aberta a novas experiências que não estavam previstas, seja pelas teorias que não conseguem apreender as transformações sociais que se insinuam por caminhos diferentes daqueles traçados aprioristicamente, seja por aquelas que consideram que as transformações sociais já estão todas definidas porque já teríamos chegado ao fim da História.

Referências bibliográficas

- BRESCIANI, L. **The challenge to 'ABC' region**: productive restructuring and metalworkers' strategies in Brazil's auto industry heart. Paris, Gerpisa, 1997.
- HUMPHREY . **Globalisation and supply chain networks in the autoindustry**: Brazil and India. Geneva, International Institute for Labour Studies, 1998.
- LEITE, M. **Nova estrutura industrial e trabalho**: a experiência brasileira à luz do quadro internacional. São Paulo, Relatório de pesquisa, 1998. Digitado.
- LEITE, M. Nuevos desafíos en el mundo del trabajo. **Sociología del Trabajo**, Madrid, n.36, 1999.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Lisboa, Publicações Europa-América, 1982.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da Sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.4, n.10, 1989.

Resumo

O texto discute as transformações teórico-metodológicas por que vem passando a Sociologia do Trabalho, ressaltando, nesse processo, os limites da visão determinista, bem como a importância dos debates interdisciplinares e do alargamento do olhar daquilo que se passa dentro das fábricas e dos sindicatos para novas tematizações que incluam os estudos sobre o mercado de trabalho e suas segmentações, as diferenças setoriais, as implicações diferenciadas do processo de reestruturação para as distintas empresas das cadeias produtivas, as diferenças entre o processo brasileiro e o dos países do Primeiro Mundo, entre outros.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, determinismo tecnológico, complexidade.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.66-87